

JUCESP
15 de 16



JUCESP PROTOCOLO
0.588.000/16-4



FLETOR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - ME

1ª Alteração Contratual

NIRE 3522931029-9
C.N.P.J. 22.968.478/0001-42

Pelo presente instrumento particular, **CLEVERSON PONTES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, Engenheiro Mecânico, registrado no CREA sob nº 2613756730, portador da Cédula de Identidade RG. 28.325.666-7 SSP/SP e do CPF nº 249.416.798-14, residente a Rua Três, 154 – Bº Vila Residencial Serrana – CEP 11.950-000 – Cajati – SP, **GIOVANA VASSÃO DE SOUZA**, brasileiro, casada pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, Fisioterapeuta, portadora da Cédula de Identidade RG. 24.270.859-6 SSP/SP e do CPF nº 167.518.138-13, residente a Rua Três, 154 – Bº Vila Residencial Serrana – CEP 11.950-000 – Cajati – SP, únicos sócios componentes da sociedade limitada, que explora o ramo de “Construção e Reforma em geral, Serviços de Manutenção e Montagens Elétricas e Mecânicas, Hidráulica e Canalização, Prestação de Serviços de Pintura Industrial, Jateamento, Pinturas em Edifícios em geral, Impermeabilização em obras de engenharia civil, Outras obras de acabamento de construção, Serviços de Limpeza, Conservação, Roçada e Poda de árvores, Jardinagem, Montagem e Manutenção de Instrumentação, Manutenção e reparo em Industrialização, Calibração de Instrumentação, Manutenção e Reparação de Máquinas para Indústria Metalúrgica, Manutenção e Reparação de Máquina e Aparelhos para a Indústria de Celulose, papel e artefatos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional e Gerencial”, sob a razão social de **Fletor Soluções e Serviços Ltda. - ME**, estabelecida a Bairro Guaraú, Per. 80 St. Capuava – Bairro Guaraú – CEP 11.950-000 – Cajati – SP, com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial deste Estado sob nº 3522931029-9, em sessão de 30/07/2015, resolvem de comum acordo alterar o Contrato Social, conforme cláusulas e condições a seguir:

I – A sociedade passa a ter a sua sede à Av. dos Trabalhadores, 167 – Jd. Central - CEP 11950-000 – Cajati – SP, podendo estabelecer filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

Devido às alterações acima, os sócios resolvem consolidar o seu contrato social, nas normas do novo código civil, conforme cláusulas e condições a seguir:

Cláusula 1ª - A sociedade é uma sociedade empresária limitada, regida pelos artigos 997 e seguintes do Código Civil Brasileiro, e girará sob a denominação social de **Fletor Soluções e Serviços Ltda.**, e seu uso, será obrigatório em todas as operações sociais da sociedade.

JUCESP

15.06.16

Cláusula 2ª - A sociedade terá sua sede a Av. dos Trabalhadores, 167 - Jd. Central - CEP 11950-000 - Cajati - SP, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições vigentes.

Cláusula 3ª - O objetivo da sociedade será a exploração por conta própria do ramo de Construção e Reforma em geral, Serviços de Manutenção e Montagens Elétricas e Mecânicas, Hidráulica e Canalização, Prestação de Serviços de Pintura Industrial, Jateamento, Pinturas em Edifícios em geral, Impermeabilização em obras de engenharia civil, Outras obras de acabamento de construção, Serviços de Limpeza, Conservação, Roçada e Poda de árvores, Jardinagem, Montagem e Manutenção de Instrumentação, Manutenção e reparo em Industrialização, Calibração de Instrumentação, Manutenção e Reparação de Máquinas para Indústria Metalúrgica, Manutenção e Reparação de Máquina e Aparelhos para a Indústria de Celulose, papel e artefatos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional e Gerencial.

Cláusula 4ª - O capital social é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), totalmente integralizados neste ato, em moeda corrente do país divididos em 50.000 (Cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, distribuído da seguinte forma entre os sócios:

Cleverson P. de Oliveira (50%) 25.000 quotas, a R\$ 1,00 cada, no valor de R\$ 25.000,00
Giovana Vassão de Souza (50%) 25.000 quotas, a R\$ 1,00 cada, no valor de R\$ 25.000,00
TOTALIZANDO (100%) 50.000 quotas, a R\$ 1,00 cada, no valor de R\$ 50.000,00

Parágrafo único:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, na forma do artigo 1052 da Lei 10406/02 e ambos respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (art. 997, item VIII).

Cláusula 5ª - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Cláusula 6ª - A administração da sociedade será representada por todos sócios, ativa e passivamente, judicial e extrajudicial, ficando, entretanto, vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais.

Parágrafo único:- Na ausência ou impedimento do administrador, todas as funções inerentes ao seu cargo, serão acumuladas por um dos sócios ou ambos, que em caso algum a interferência de terceiros será aceita salvo autorização reciprocamente consentida da parte.

Cláusula 7ª - O uso da firma será feito por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, sempre nos negócios que digam respeito aos interesses sociais, sendo proibido seu uso para fins estranhos como endosso de favores, cartas de fiança e outros documentos não análogos que acarretarem responsabilidade para a sociedade.



JUL 09
15 08 10

Cláusula 8ª - Todos os sócios poderão ter uma retirada mensal a título de pró-labore e/ou dividendos (distribuição de Lucros), em valor a ser fixado a cada mês de acordo com os interesses dos sócios, podendo ser desproporcional à participação do Capital social, mas sempre dentro da legislação do Imposto de Renda.

Cláusula 9ª - Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o(s) Administrador(es) prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo 1º:- A critério dos sócios, e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinados à formação de Reservas de Lucros, conforme estabelecido pela Lei 11.638/07, ou, então, permanecer em Lucros a Distribuir para futura destinação.

Parágrafo 2º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão e deliberarão sobre as contas.



Parágrafo 3º - As convocações deverão ser efetuadas por escrito, contendo dia, hora e local e a pauta da reunião, ficando desta forma, dispensado as formalidades do art. 1152, §3 da Lei 10406/02.

Parágrafo 4º - A sociedade poderá levantar balanços mensais, intermediários ou intercalares, sempre que julgar conveniente, e os resultados apurados nestes balanços poderão ser destinados para distribuição mensal ou antecipação de lucros intermediários evidenciados nos mesmos ou para aplicações a critério da sociedade.

Parágrafo 5º. A sociedade poderá ser regida supletivamente pelas normas das sociedades anônimas, de acordo com o artigo 1053, parágrafo único, da Lei 10406/02

Cláusula 10ª - Todas as quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos outros sócios que poderão adquiri-la no caso de algum quotista pretender ceder as que possuem.

Cláusula 11ª - No caso de falecimento, falência, recuperação judicial, insolvência, interdição de quaisquer dos sócios, ou na ocorrência de qualquer outro fato que possa implicar na transferência de parte ou de todas suas quotas para terceiros, a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial nesta data e se convier aos herdeiros do Pré-morto, será lavrado um novo contrato, mediante alteração, com a inclusão destes com os direitos legais ou então os herdeiros receberão todos seus haveres apurados até o balanço especial, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivamente vencendo-se a primeira após 120 (cento e vinte) dias da data do Balanço Especial ou de acordo com o que se combinar na ocasião do evento.

 3 

JUCESP
15 06 16

Cláusula 12ª - Em caso de dissolução da sociedade, na sua liquidação, os sócios nomearão entre si, um liquidante, com plenos e amplos poderes para encerrar ou liquidar a sociedade, procedendo de conformidade com as leis vigentes.

Cláusula 13ª - Fica estabelecido que a sociedade não terá Conselho Fiscal.

Cláusula 14ª - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato, serão supridas ou resolvidas com base no Novo Código Civil, **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**, e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis.

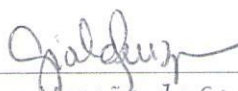
Cláusula 15ª - Fica eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada neste Instrumento de Contrato Social, re-comunicando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

Os sócios e o Administrador declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor na presença de 02 (duas) testemunhas de ambas as partes conhecidas e posteriormente para validade será registrado e arquivado na JUCESP.


Cajati, 08 de junho de 2016


Cleverson Pontes de Oliveira


Giovana Vassão de Souza

TESTEMUNHAS:


Ildo Damiani
RG. 4.221.436 SSP/SP


Rosemeire G D Frasson
RG. 19.482.127-4 SSP/SP